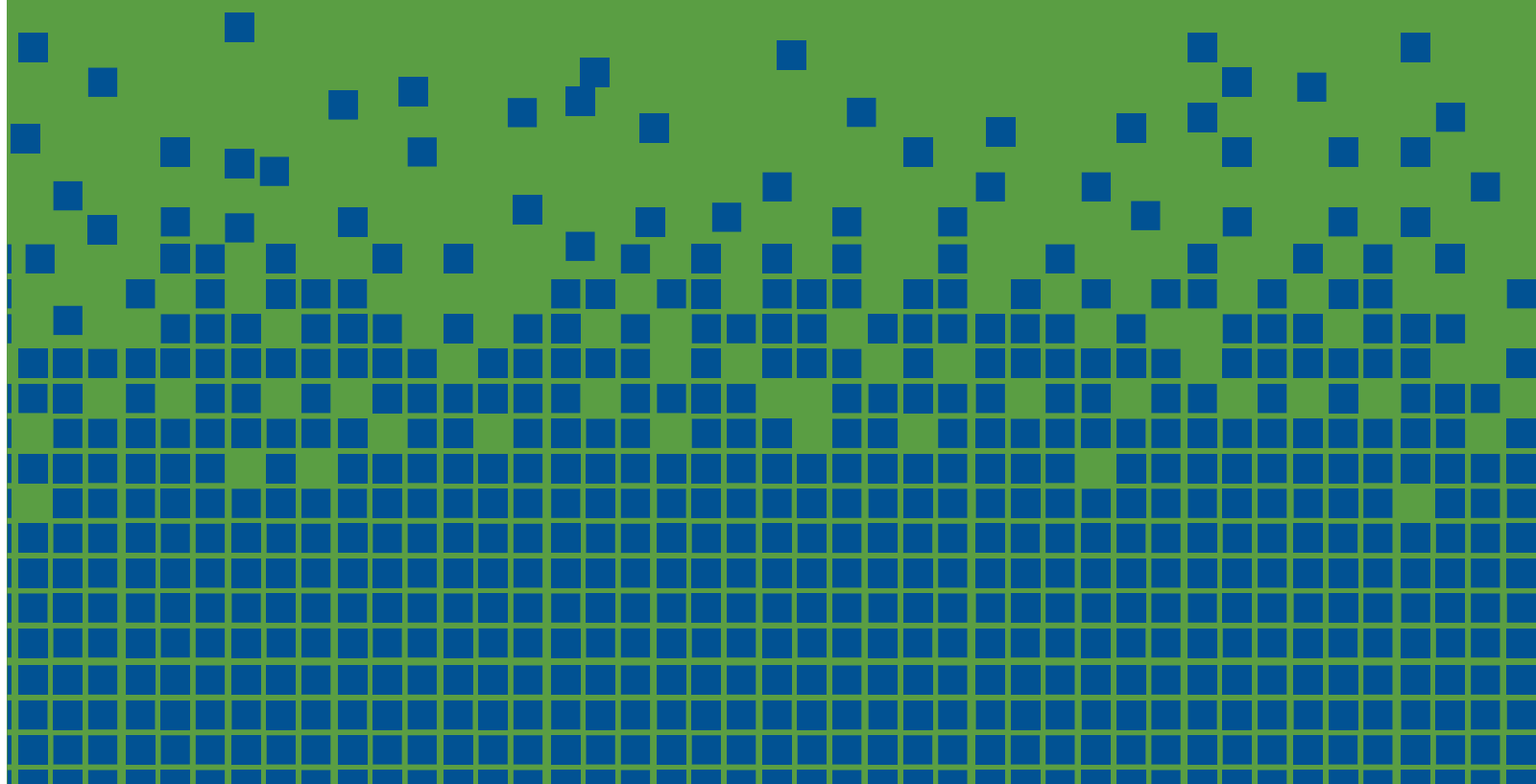
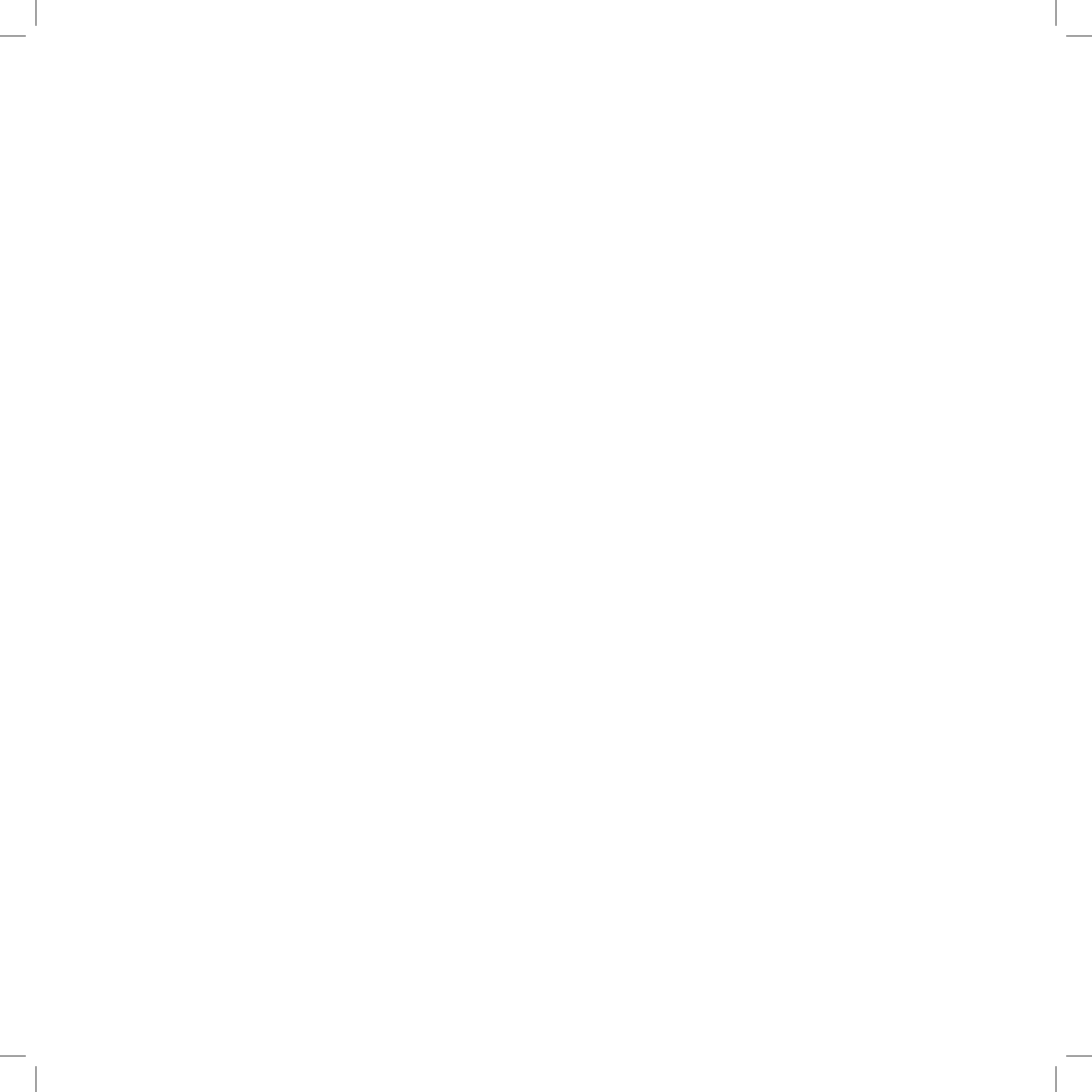


CSJT | RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

Gestão de Pessoas
Gestão Documental
Comunicação Social
Relações Institucionais





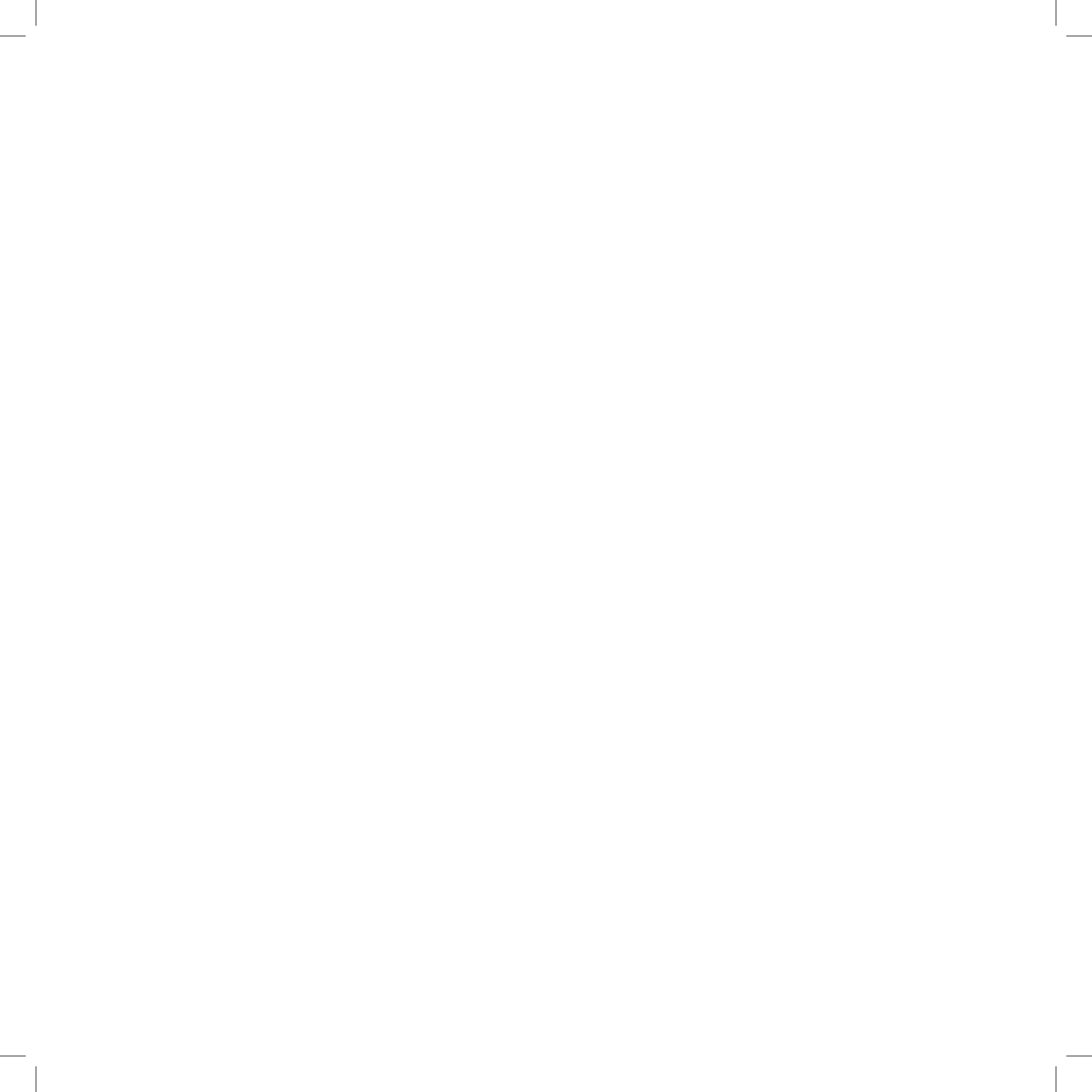


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2014

Relatório de Atividades do ano de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Brasília - DF
2014



ANO 2014

MINISTRO PRESIDENTE

Conselheiro Antonio José de Barros Levenhagen

MINISTRO VICE-PRESIDENTE

Conselheiro Ives Gandra da Silva Martins Filho

MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Conselheiro João Batista Brito Pereira

ORGANIZAÇÃO

Assessoria de Comunicação Social

REVISÃO

Secretaria Geral da Presidência

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO

Gráfica do Tribunal Superior do Trabalho

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Endereço: SAFS Qd.8 Lote 1 Bloco A 5º andar | CEP: 70.070-600

Telefone: (61) 3043-4005 | Fax: (61) 3043-3438 | Fax Petições: (61) 3043-4808/3043-4809/ 3043-4810



CST | RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

VOLUME 1

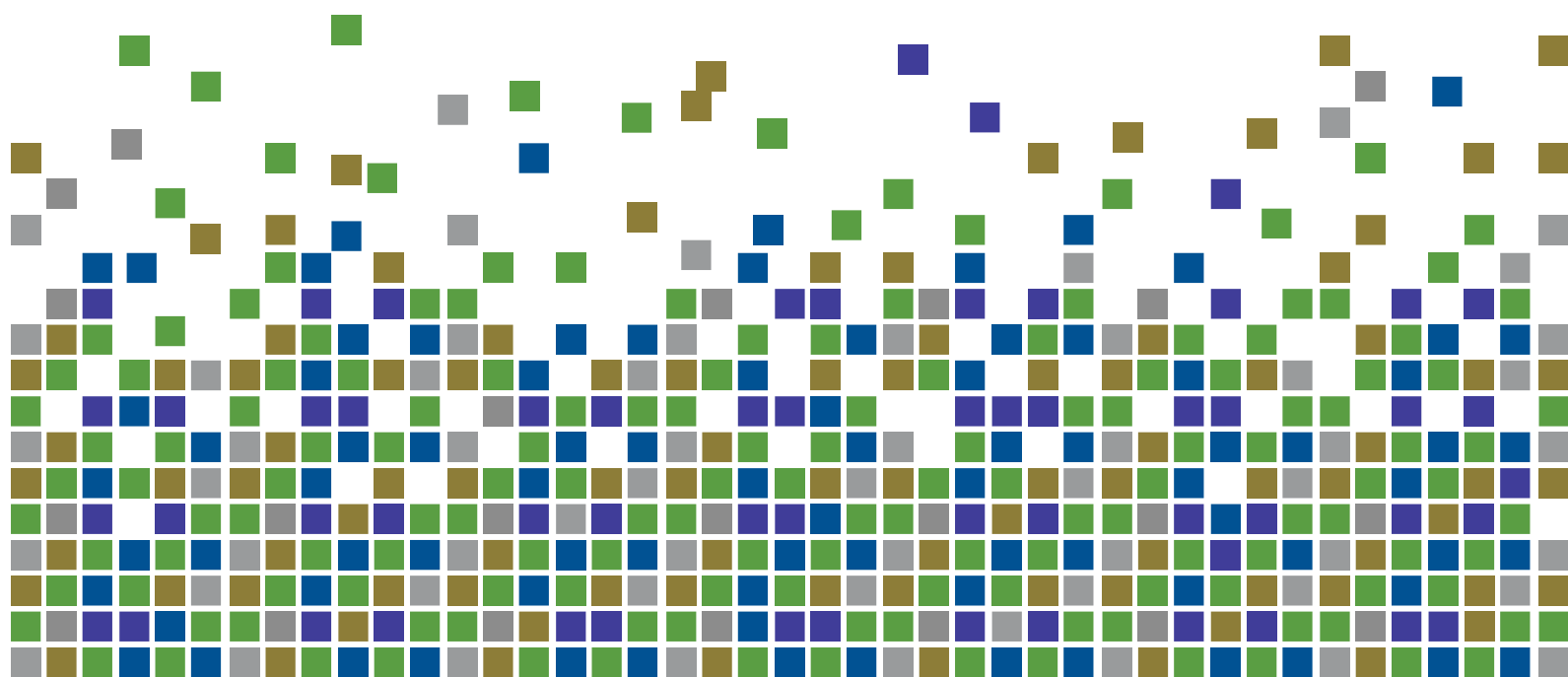
- Editorial da Presidência
- Composição
- Justiça do Trabalho
- O Conselho
- Coordenadoria Processual
- Gestão Estratégica

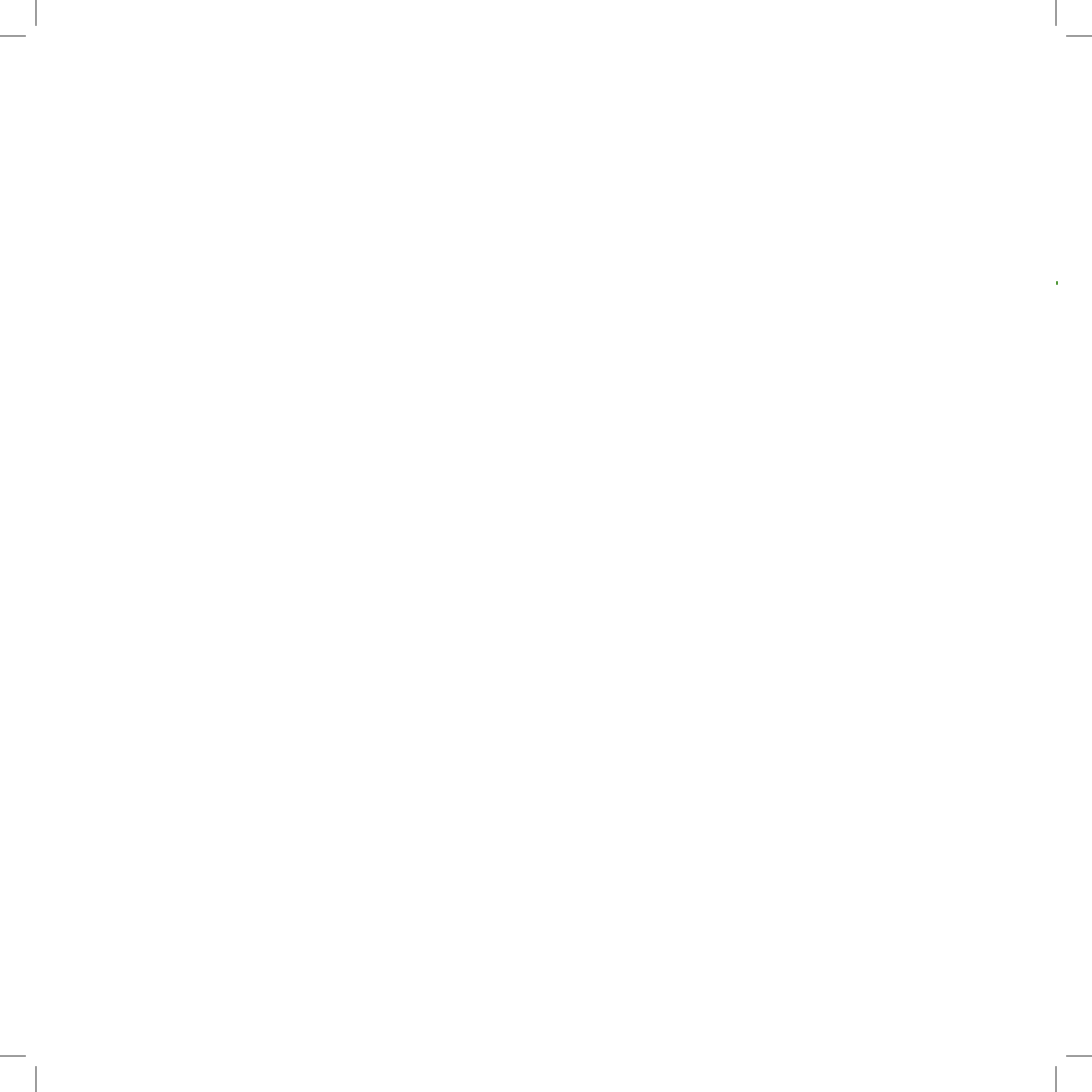
VOLUME 2

- Gestão de Pessoas
- Gestão Documental
- Comunicação Social
- Relações Institucionais

VOLUME 3

- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Controle e Auditoria
- Orçamento e Finanças





CSJT | RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

VOLUME 2

Coordenadoria Gestão de Pessoas	11
Seção de Desenvolvimento de Pessoas e Organizacional	12
Seção de Normas e Orientações.....	14
Seção de Soluções Corporativas.....	16
Coordenadoria de Gestão Documental	19
Comitê Gestor Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho	20
Banco de Atas	21
Padronização de Documentos	21
Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do Trabalho (1º e 2º graus)	22
Recomendação CSJT n.º 18 - Inclusão de Historidor nos Quadros de Pessoal dos TRTs	23
Levantamento de Produção Documental dos Tribunais Regionais do Trabalho	23
II Simpósio de Gestão Documental da JT	25
Projeto de Modernização dos Arquivos - Processo Administrativo n.º 501.410/2010-8	26
Canal “Fale com o Arquivista”	27
Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho	28
Assessoria de Comunicação Social	31
Gestão dos Ambientes na Internet	32
Produção Jornalística	33
Coberturas Jornalísticas	34
Informativos do CSJT	35
Reestruturação do <i>Facebook</i>	36
Projetos Gráficos e Diagramação	38
Participações em Eventos e Programas	41
Relacionamento com a Sociedade	44

Assessoria de Relações Institucionais	45
Projetos de Lei sobre Criação de Cargos.....	47
Projetos de Lei Prioritários.....	52
Notícias Legislativas	53
Eventos	54
Audiências Externas	55
Audiências Públicas	59



Coordenadoria Gestão de Pessoas

À Coordenadoria de Gestão de Pessoas compete coordenar e orientar as ações de gestão de pessoas dos Tribunais Regionais do Trabalho, de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho, bem como nortear os Tribunais Regionais sobre legislação, jurisprudência, direitos e deveres de magistrados e de servidores e uniformizar as ações desenvolvidas nas diversas áreas de pessoal.

A CGPES é composta de quatro seções, sendo:

- 1) Seção de Desenvolvimento de Pessoas e Organizacional;
- 2) Seção de Normas e Orientações;
- 3) Seção de Soluções Corporativas;
- 4) Seção de Informações Gerenciais.

Seção de Desenvolvimento de Pessoas e Organizacional

● Estudos, Propostas e Acompanhamentos

- Estudo sobre a implantação, como experiência, do Teletrabalho, com a finalidade de revisão do normativo do CSJT e elaboração de proposta de alteração;
- Estudo sobre a implantação do modelo de gestão por competências pelos TRTs, tendo em vista meta específica do CNJ para 2014;
- Estudo, em conjunto com a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST, da aplicação da Resolução CNJ nº 184/2013, que dispõe de Anteprojetos de Lei de Criação de Cargos, Funções e Unidades Judiciais de interesse dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- Acompanhamento da implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências, conforme cronograma previsto da Resolução 92/2012;
- Acompanhamento permanente dos Anteprojetos de Lei de Criação de Cargos Efetivos, cargos em Comissão e Funções Comissionadas do CSJT e da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Grau e seus andamentos no CSJT, CNJ e Câmara dos Deputados;
- Estudo e proposição de alteração da Resolução CSJT nº 34/2007, que dispõe sobre o porte de arma de fogo funcional nas atividades de segurança dos Tribunais Regionais do Trabalho;
- Estudo e proposição de Resolução Administrativa sobre a reestruturação das Ouvidorias Judiciárias.



● Consultas e Ocorrências da Ouvidoria

- Resposta à consulta do TRT da 18ª Região sobre a execução indireta da atividade de condução de veículos (PA 501.464/2014.4);
- Resposta à consulta do TRT da 12ª Região sobre possibilidade de designação de substituto de ocupantes de cargos de Assessor;
- Atendimento às informações solicitadas pela Ouvidoria do TST. (Total de 7 (sete) ocorrências).

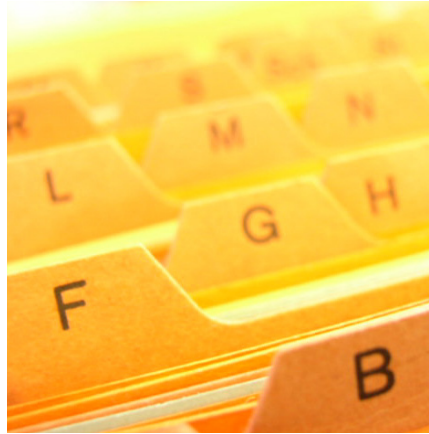
● Eventos

- Reunião da Comissão de Saúde do CSJT para consolidação da proposta de alteração da Resolução CSJT 84/2011, que dispõe sobre as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde e de prevenção de riscos e doenças, bem como regulamenta os procedimentos relacionados à ocorrência de acidentes em serviço no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus – o resultado deste trabalho revogou a referida resolução, com a publicação da Resolução CSJT nº 141, de 26 de setembro de 2014;
- Participação em reunião no CNJ como colaboradores para a construção da Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário;
- Reunião com os Tribunais Regionais do Trabalho para discussão de aspectos relacionados a implantação da Gestão de Pessoas por Competências no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus – 30/09/2014.

Seção de Normas e Orientações

ATIVIDADES DE ROTINA

- Parecer para subsidiar o Exmo. Conselheiro Relator em 2 (dois) processos da ANAJUCLA que tratam de URV – CLASSISTAS (PP-11481.18-2012 e PP-6570.26.-2013);
- Parecer para subsidiar o Exmo. Conselheiro Relator no processo da ANAMATRA que trata do Auxílio Alimentação (PP-46193/2013);
- Parecer para subsidiar o Exmo. Conselheiro Relator no processo ANAMATRA que trata do Escalonamento 5% (PP-661/2013);
- Parecer para subsidiar o Exmo. Conselheiro Relator no processo sobre remoção a pedido – pagamento da ajuda de custo (CSJT 2298-38.2013.2.00.0000);
- Informação para a defesa da União, nos autos da Ação Civil Pública nº 0005369-29.2000.4.01.4100;
- Parecer para subsidiar a Exma. Conselheira Relatora no processo Cons-7742-03.2013;
- Parecer para subsidiar o Exmo. Conselheiro Relator em processo da ANAMATRA referente à Parcela Autônoma de Equivalência quanto à desconsideração de limitação ao teto constitucional dos valores devidos;
- Parecer para subsidiar o Exmo. Conselheiro Relator em processo do TRT da 23ª Região que trata do pagamento de juros de mora sobre os 11,98%, no período de 1/1997 a 12/2000. (PCA 1202-36.2013.5.90.0000);
- Parecer para subsidiar o Exmo. Conselheiro Relator no processo da ANAJUSTRA que trata do reenquadramento dos servidores ocupantes dos dois últimos padrões/classes da tabela de progressão da Lei nº 12.774/2012 (PP-15507-88.2014.5.90.0000);



● Estudos, Propostas e Acompanhamentos

- Estudo sobre a Carteira de Identidade dos Magistrados, conforme Resolução nº 193 de 8/5/2014.

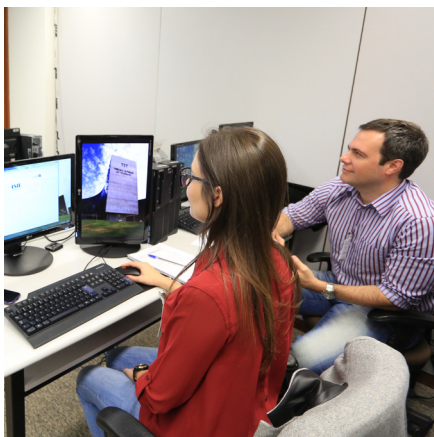
● Instrução de processos para Provimento e Vacância de Magistrados

Processos de Provimento	Processos de Vacância	Diligências	Total de Processos
32	21	4	57

EVENTOS

Os servidores da Seção estiveram presentes em reunião realizada no Ministério Público Militar, promovida pela FUNPRESP-JUD para apresentação do Manual dos Patrocinadores e para troca de experiências na implantação da previdência complementar nos Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União – 29/09/2014.





Seção de Soluções Corporativas

ATIVIDADES DE ROTINA

• Instrução Processual

- Instrução de processos administrativos para pagamento de treinamentos do projeto PJe;
- Instrução de processos administrativos para realização de web conferências e cursos em geral.

• Capacitação

Apoio em eventos realizados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho:

- SIGEST (Sistema de Gestão Estratégica da JT);
- PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público na JT);
- PIS (Programa de Integração do Servidor);

EVENTOS

• Ações de Capacitação

Curso “Retenção de Tributos”

- Realizado em fevereiro de 2014 pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, promovido por meio do Acordo de Cooperação Técnica do CSJT com o TCU, com a participação dos Tribunais Regionais do Trabalho, com o intuito de equiparar os conhecimentos relativos à retenção de tributos.

- *Duas turmas presenciais, de 28 horas-aula cada, totalizando 60(sessenta) participantes;*

Curso “Planejamento da Administração Pública e Fiscalização de Contratos Terceirizados”

- Realizado em fevereiro de 2014 pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, promovida por meio de Acordo de Cooperação Técnica do CSJT com o TCU, com a participação dos Tribunais Regionais do Trabalho, com o objetivo de capacitar os participantes a fiscalizar contratos e preparar especificações técnicas, planos de trabalho e termos de referência que assegurem contratações e processo de licitações econômicos e juridicamente eficientes no que se referem à prestação de serviços continuados com fornecimento de mão-de-obra (terceirização).

- *Duas turmas presenciais, de 32 horas-aula cada, totalizando 60(sessenta) participantes.*





EVENTOS

Dentre os eventos que a Seção promoveu e/ou participou no ano de 2014, podemos destacar:

- Participação em reunião para elaboração do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, com a elaboração de proposição para utilização do indicador iGovPessoas do TCU;
- Participação nas reuniões para elaboração do Planejamento Estratégico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- Participação em reuniões referentes ao projeto de implantação de sistema unificado de Gestão de Pessoas no âmbito da Justiça do Trabalho.

PROJETOS

A Seção participa representando o CSJT, juntamente com a Coordenadora de Gestão de Pessoas, do projeto de implantação de sistema unificado de Gestão de Pessoas no âmbito da Justiça do Trabalho.

Coordenadoria de Gestão Documental



A Coordenadoria de Gestão Documental (CGDOC) do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) tem como função precípua, coordenar os sistemas de gestão documental e de preservação da memória do Conselho e da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau.

Comitê Gestor Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho

Instituído pelo Ato Conjunto n. 37/TST.CSJT.GP, de 25 de novembro de 2011, o Comitê Gestor Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (CGMNac-JT) reuniu-se ordinariamente por duas vezes durante o exercício de 2014.

O Comitê propôs a inclusão de disciplina sobre Gestão Documental e Memória para compor a grade regular da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), tendo sido acolhida a proposta pela direção da Escola.

O Comitê estuda solução uniforme nos três graus de jurisdição da Justiça do Trabalho, quanto à implantação da Resolução CSJT nº. 142, que acrescenta o art. 1º - A e altera o art. 1º e os prazos de guarda definidos na Resolução CSJT nº. 67, de 30 de abril de 2010, que editou a Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do trabalho de primeiro e segundo graus.

Outra ação encampada pelo Comitê trata da elaboração de estudo sobre custos de manutenção dos arquivos da Justiça do Trabalho, levantando a prospecção de gastos para o período de 2015 a 2020. A iniciativa objetiva definir uma política de investimento em arquivos em atendimento às normas arquivistas vigentes, bem como monitorar o impacto do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no que diz respeito à redução dos arquivos físicos e implantação de política de Gestão de Documentos Eletrônicos para submissão de proposta à coordenação do sistema.

Registra-se, ainda, que submeteu ao Conselho Nacional de Justiça, proposta de revisão da Recomendação n. 46, no sentido de se ampliar o prazo máximo de 5 (cinco) anos de vigência de convênio, para custódia temporária de documentos.



Reunião do Comitê Gestor Nacional de Resgate à Memória da Justiça do Trabalho realizada em junho/2014.



Banco de Atas

O Banco de Atas de Registro de Preços da Justiça do Trabalho, que organiza e disponibiliza por categorias (bens/serviços) e subcategorias (mobiliário, manutenção predial, telefonia) as atas vigentes encaminhadas pelos TRTs para aproveitamento dos procedimentos licitatórios mediante adesão, movimentou cerca de 345 documentos em 2014.

Padronização de Documentos

Seguindo o modelo padrão definido pelo CSJT para normativos ou atos relativos a orçamento, depositados na Biblioteca Digital do TST, foram formatados, em 2014, 437 documentos, sendo 389 Atos, 12 Resoluções, 3 Recomendações, 26 Atos Conjuntos, 3 Portarias Conjuntas e 4 Acordos de Cooperação Técnica.

A padronização de documentos, iniciada em setembro de 2011, e sua divulgação no Portal do CSJT, garantem maior confiabilidade e transparência aos atos normativos, atendendo ao disposto na Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação.

Em 2014, também foram organizadas e disponibilizadas informações sobre os Núcleos de Cooperação Judiciária dos TRTs e os dados sobre as posses das novas administrações e a composição dos TRTs.



Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do Trabalho (1º e 2º graus) – Área Fim

Alteração da Resolução CSJT n.º 67

Considerando a decisão proferida nos autos do processo CSJT-AN-745-38.2012.5.90.0000, foi editada a Resolução CSJT n.º 142, de 26 de outubro de 2014, que alterou a Resolução CSJT n.º 67/2011, que atualizou a Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, acolhendo as propostas encaminhadas sobre a ampliação de prazos de assuntos da Tabela, inclusive o ajuste frente à Recomendação CNJ n.º 37, de 15 de agosto de 2011.

Dessa forma, foram alterados os prazos de guarda dos seguintes assuntos:

1) Alterada a destinação de “Eliminação” após 5 anos em Arquivo Intermediário para “Guarda Permanente”:

Direito do Trabalho:

I - Trabalho com Proteção Especial

- a) Deficiente Físico
- b) Menor

II - Rescisão do Contrato de Trabalho
Reintegração/Readmissão ou Indenização

- a) Por Dispensa Discriminatória (portador de HIV)
- b) Anistia

2) Ampliados os prazos de guarda em Arquivo Intermediário para os assuntos:

I - Adicional

- a) Adicional de Insalubridade: de 5 para 25 anos;
- b) Adicional de Periculosidade: de 5 para 25 anos;
- c) Adicional de Risco: de 5 para 25 anos;
- d) Adicional de Penosidade: de 5 para 25 anos.

II - Responsabilidade Civil do Empregador/
Empregado

- a) Pensão Vitalícia - de 5 para 30 anos;
- b) Doença Ocupacional - de 5 para 30 anos;
- c) Acidente de Trabalho - de 5 para 30 anos.



Recomendação CSJT n.º 18 - Inclusão de Historiador nos Quadros de Pessoal dos TRTs

Com o objetivo de estimular as ações de preservação da memória do Judiciário Trabalhista, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) editou, em outubro, a Recomendação n.º 18/2014, que orienta os Tribunais Regionais do Trabalho a disporem, no mínimo, de um cargo de Analista Judiciário, especialidade Historiador, em seus respectivos quadros de pessoal.

Levantamento de Produção Documental dos Tribunais Regionais do Trabalho

Em reunião com a Coordenadora do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (CGMNac-JT), Ministra Maria de Assis Calsing, ficou determinado o levantamento documental dos arquivos do Tribunais Regionais do Trabalho a fim de se levantar a expectativa de custos dos arquivos para os anos de 2015 a 2020.

Diante disso, a Coordenadoria de Gestão Documental do CSJT encaminhou planilhas para serem preenchidas pelos TRTs com o número de processos e de caixas, em arquivos relativos aos exercícios de 2008 a 2013.

A partir do levantamento efetuado, mapearam-se os seguintes dados:

TRTs	
Quantidade de Processos em arquivo de 2008 a 2013	150.803.981
Quantidade de estantes a mais projetadas para 2015 a 2020	16.909
Quantidade de caixas arquivo a mais projetadas para 2015 a 2020	330.397
Quantidade de metros quadrados a mais projetados para 2015 a 2020	17.065
Custo total de estantes com valor financeiro variando de R\$ 250,00 a R\$ 328,60, sob um IGP-M de 5,80%, projetados de 2015 a 2020.	R\$ 5.647.470,87
Custo total de caixas arquivo com valor financeiro variando de R\$ 2,36 a R\$ 3,11, sob um IGP-M de 5,80%, projetados de 2015 a 2020	R\$ 1.150.605,00
Custo total de aluguel do metro quadrado com valor financeiro médio de R\$ 16,09, sob um IPC-A de 5,35%, projetados de 2015 a 2020	R\$ 689.233,22

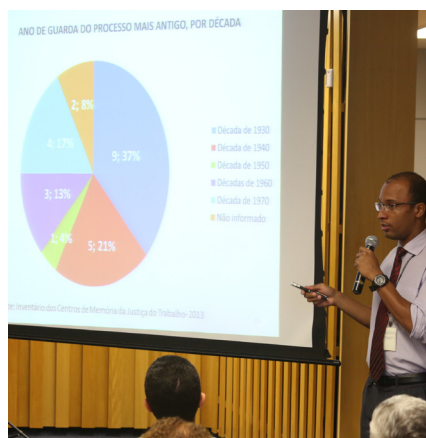
O referido estudo tem sua relevância, na medida em que permite aos gestores das unidades de Gestão Documental, se planejarem para o crescimento/redução de seus arquivos, incluindo em seus planejamentos orçamentários demandas financeiras mais aproximadas à realidade de cada TRT.

II Simpósio de Gestão Documental da JT

Em novembro de 2014, a Coordenadoria de Gestão Documental do CSJT organizou o II Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho – Instrumentos de Gestão e Preservação Documental, contando com a participação do Ministro Vice-Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra da Silva Martins Filho em sua abertura, e teve como palestrante inaugural a Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas-SP) Ana Paula Pellegrina Lockmann, Coordenadora Nacional do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), que proferiu a palestra “Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho”.

Abordou, ainda, temas, tais como: “Requisitos Arquivísticos para os Sistemas de Processo Judicial Digital”; “Modelo de Quadro de Arranjo para descrição de acervos permanentes da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus” e “Como projetar custos de manutenção de arquivos – Resultados do levantamento de custos dos arquivos da JT”; bem como “Definição do plano orçamentário de Gestão Documental”.

O evento contou com um público de 110 participantes, dentre magistrados, servidores do CSJT, TST, representantes dos 24 TRTs e estudantes.



II Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho

Projeto de Modernização dos Arquivos - Processo Administrativo n.º 501.410/2010-8



O projeto tem como principais objetivos a integração dos Tribunais, a padronização e a melhoria dos processos de trabalho, com a conseqüente preservação e divulgação dos documentos de valor histórico.

A 1ª fase do projeto contempla as ações relativas à definição da Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do Trabalho e a melhoria da infraestrutura dos arquivos. A 2ª etapa integra iniciativas no sentido de qualificar os servidores que trabalham na área; aspectos relativos à definição de rubrica orçamentária específica para a Gestão Documental; informatização do gerenciamento dos acervos e aquisição/montagem de polos com birôs de digitalização e microfilmagem.

Quanto à melhoria da infraestrutura dos arquivos, definiu-se equipar, minimamente, as Unidades Gestoras de Documentos dos Regionais de acordo com as normas arquivísticas vigentes. Dessa forma, os Tribunais Regionais do Trabalho foram consultados acerca da necessidade de seis itens (materiais) básicos de organização de arquivos e informaram os quantitativos necessários, bem como outros pedidos para a melhoria dos trabalhos em suas respectivas Unidades. A partir dos dados recebidos, foi estimado o custo da implementação da fase 1 – Melhoria da Infraestrutura dos Arquivos, do citado Projeto.

Para a aquisição de material (estantes) foram atendidos parcialmente 13 TRTs e quanto a outras demandas mais 21 TRTs.

Em 2014 foi possível o atendimento parcial ou total das necessidades mapeadas por 7 TRTs. Quanto às demais solicitações, requereu-se a destinação de orçamento para 2015 objetivando a finalização do Projeto.

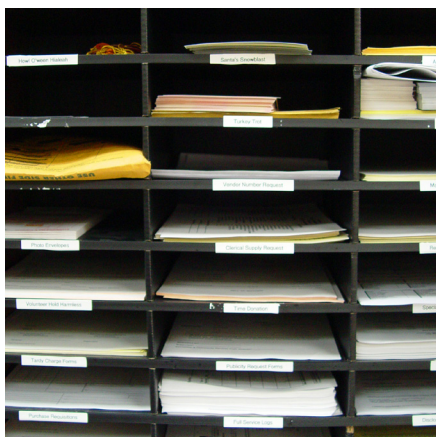
Canal “Fale com o Arquivista”

O serviço “Fale como o Arquivista” é um canal destinado ao esclarecimento de dúvidas dos TRTs e do público em geral (sociedade) sobre os temas da Gestão Documental pela equipe de arquivistas do CSJT/TST.

Em 2014, a Coordenadoria de Gestão Documental recebeu 12 questionamentos, que foram analisados e respondidos pela equipe, bem como compartilhadas as informações aos demais gestores da área.

As principais perguntas recebidas e respostas elaboradas pela equipe de arquivistas ficam disponíveis no “Banco de perguntas frequentes” na área da Coordenadoria de Gestão Documental no site do CSJT.

Os questionamentos podem ser encaminhados acessando o endereço <http://www.csjt.jus.br/fale-com-o-arquivista> ou pela página do CSJT na internet (CSJT/gestão documental/fale com o arquivista).





Instrumento oficial de divulgação e publicação dos atos da Justiça do Trabalho, o Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) foi instituído em 2008 nos termos do art. 4º da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

• INAUGURAÇÃO DO CADERNO ADMINISTRATIVO

No dia 24 de fevereiro de 2014, foi disponibilizada a primeira edição do Caderno Administrativo do DEJT, regulamentado pelo Ato Conjunto CSJT.TST n.º 37, que contemplou a publicação de matérias de 10 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), além do próprio CSJT, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat).

O Caderno Administrativo do DEJT foi elaborado pelas equipes de Desenvolvimento de Sistemas do TRT 12 (SC), do CSJT do TST e do Comitê Gestor do DEJT, além da colaboração dos gestores regionais e publicadores.

O Caderno Administrativo contempla os mesmos perfis do Caderno Judiciário (Gestor Regional, Gerente e Publicador) e obedece às configurações e limitações de horários de envios de matérias. A principal diferença entre o Caderno Administrativo e o Judiciário está nos tipos de matérias disponíveis para publicação, bem como no formato do caderno, que permite a divulgação de imagens e tabelas no corpo do texto publicado.

Desde então, os órgãos da Justiça do Trabalho dispõem de canal de publicação exclusivo para matérias administrativas. O foco do novo caderno foi permitir publicações administrativas no Diário, em um campo à parte do existente, para publicações judiciais, contribuindo com o objetivo maior do projeto do DEJT de se tornar um meio centralizado de divulgação dos atos judiciais e administrativos dos órgãos da Justiça do Trabalho, bem como do CSJT e da ENAMAT.

• VERSÕES IMPLANTADAS

O Comitê Gestor do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (CG-DEJT) e as Equipes de Apoio ao Projeto de Modernização e de Análise de Requisitos do Caderno Administrativo promoveram o desenvolvimento, a homologação e a implantação das versões 5.9.0; 5.10 e 6.0.0 em 2014, materializando as ações de melhoria e modernização do Sistema.



Reunião do Comitê Gestor do DEJT com a Equipe de Apoio ao Projeto de Modernização do Sistema

• REUNIÕES DO COMITÊ GESTOR DO DEJT

Em março, o Comitê Gestor do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) e a Equipe de Apoio ao Projeto de Modernização do Sistema, se reuniram na sede do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em Brasília, para debateram sobre o desenvolvimento de nova funcionalidade a ser disponibilizada pelo Sistema: a pesquisa personalizada para advogados.

O foco dos trabalhos do grupo foi definir os serviços que a nova ferramenta irá oferecer. Mediante sua utilização, será possível a busca de informações sobre os processos em todas as matérias enviadas ao DEJT, tanto no caderno judiciário, quanto no caderno administrativo, incluindo atos processuais referentes aos processos físicos, híbridos e eletrônicos (oriundos do PJe-JT).

O pacote de serviços da nova funcionalidade tem como principal objetivo oferecer um serviço personalizado aos advogados e escritórios de advocacia, oferecendo-lhes uma área específica, na qual serão visualizadas somente as publicações de seu interesse. Ou seja, serão vistas as publicações dos processos em que a pessoa atua como procurador de alguma parte e as publicações dos processos nos quais os advogados de seu escritório atuam. Com isso, os advogados não precisarão mais ler o caderno diário completo do respectivo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), podendo, então, encontrar rapidamente somente as publicações de seu interesse.

Os advogados, devidamente cadastrados no sistema, após autenticação no DEJT, mediante login e senha, terão acesso a uma área onde visualizarão somente essas publicações de interesse. Esses advogados também poderão criar escritórios virtuais e convidar outros advogados para compor escritório conjunto. Os convites e os aceites aos convites serão a garantia de que o advogado convidado concedeu a permissão ao administrador do escritório para visualizar suas publicações.

Em novembro, o secretário-geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, se reuniu com o Comitê Gestor do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho para definir o cronograma de ações do Projeto de Modernização do DEJT para o exercício de 2015.



Reunião do Comitê Gestor do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho

O encontro, que foi realizado entre os dias 11 e 13 de novembro, em Brasília, contou com a participação da equipe de apoio ao Projeto de Modernização do Sistema, que testou e validou os requisitos para a implantação da nova funcionalidade que deverá ser disponibilizada no DEJT em meados de 2015: a Pesquisa Personalizada para Advogados.

Após validação no sistema, que utilizará os dados do Cadastro Nacional de Advogados (CNA) e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), os advogados também poderão criar escritórios virtuais e convidar outros advogados para compor esse espaço conjunto.

Após os ajustes técnicos necessários, estão previstos também, treinamentos com os gestores regionais de todo o Brasil, que poderão multiplicar os conhecimentos nos seus respectivos TRTs e sensibilizar os advogados em seus estados de origem, tendo em vista parceria com as OABs locais.

Assessoria de Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/CSJT) compete planejar, coordenar e executar as ações de Comunicação Social do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Neste sentido, a assessoria realizou a gestão dos ambientes de Internet; produziu matérias jornalísticas e peças publicitárias; fez cobertura de eventos; distribuiu informativos; publicou conteúdo nos perfis institucionais nas mídias sociais do órgão e atendeu as consultas da sociedade em geral.



Campanha retrospectiva 2014 veiculada no Facebook com os posts de maior engajamento

Gestão dos Ambientes na Internet

• REFORMULAÇÃO DO PORTAL DO CSJT

Em 2014, foram iniciados estudos pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior do Trabalho (SETIN/TST) para avaliar alternativas de plataformas tecnológicas capazes de abrigar o Portal do CSJT, bem como os sites dos programas e ações desenvolvidos pelo Conselho.

Em 2015, deverão ser finalizados os estudos para dar início ao processo licitatório e, posterior, aquisição da plataforma e contratação de serviços de suporte e manutenção.

Os ambientes administrados foram:

- 1. Portal CSJT** – ver em <http://www.csjt.jus.br/web/CSJT> - Este sítio teve por objetivo propiciar ao usuário acesso as informações sobre a estrutura, composição, programas e ações do CSJT.
- 2. Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT)** – ver em <http://www.tst.jus.br/web/pje-jt> - Este sítio teve por objetivo propiciar informações sobre o sistema.
- 3. Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho** – ver em <http://www.tst.jus.br/web/comissao-trabalho-infantil/> - Este sítio teve por objetivo propiciar ao usuário acesso as informações sobre a estrutura, composição e ações do referido programa.
- 4. Execução Trabalhista** – ver em <http://www.tst.jus.br/web/semana-execucao-trabalhista/inicio> - Este sítio teve por objetivo propiciar ao usuário acesso as informações sobre a estrutura, composição e ações da referida iniciativa.
- 5. Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho/Programa Trabalho Seguro** – Ver em <http://www.tst.jus.br/web/trabalhoseguro/inicio> - Este sítio teve por objetivo propiciar ao usuário acesso as informações sobre a estrutura, composição e ações do referido programa.

Produção Jornalística

Esta área realizou o acompanhamento dos eventos institucionais do CSJT, a edição de textos e a reprodução das notícias veiculadas nos sites dos Tribunais Regionais do Trabalho de todo o país, a publicação de notícias e outros materiais no portal e nos sites institucionais do órgão, obtendo os seguintes resultados:

MATÉRIAS AUTORAIS	
Tema	Quantidade
CSJT	33
Unidades Administrativas	29
Programas	46
Outros	11
Total	119

NOTÍCIAS REPLICADAS NO PORTAL CSJT	
Fonte	Quantidade
TRTs	633
TST	104
ASRI	60
Outros	29
Total	826

MATÉRIAS PUBLICADAS EM OUTROS SITES	
Site	Quantidade
Trabalho Seguro	213
Trabalho Infantil	162
Execução Trabalhista	203
PJe-JT	189
ANJT	1.195
Total	1.962

Coberturas Jornalísticas

Os programas e ações institucionais do CSJT foram acompanhados e divulgados, a saber:

As 9 Sessões Ordinárias e 1 Sessão Extraordinária, nas quais houve deliberação de edição de Resoluções, de diversos atos de gestão do CSJT, bem como foram referendados despachos monocráticos de Conselheiros Relatores e do Presidente do Conselho proferidos em medidas urgentes.

Nos dias 8 e 9 de outubro, foi realizado o Seminário “Trabalho Infantil: Realidade e Perspectivas” destinado ao combate de todas as formas ilegais de trabalho da criança e do adolescente que reuniu estudiosos das questões relativas à erradicação das piores formas de trabalho infantil até 2016, e de todas as formas até 2020. Nos dois dias de evento, estiveram presentes mais de 600 participantes.

A Semana Nacional da Execução Trabalhista, em sua 4ª edição, reuniu os 24 Tribunais Regionais do Trabalho e as Varas do Trabalho do país para concentrar suas ações na execução.

O evento realizado entre os dias 22 e 26 de setembro, registrou o pagamento de R\$ 654 milhões em pagamento de dívidas, sendo R\$ 400 milhões provenientes de, R\$ 52 milhões de lei-lões e R\$ 201.000 de bloqueios pelo BacenJud. Foram realizadas 29.400 audiências, 23.200 bloqueios e 1.200 leilões. Foram efetuados 13 mil acordos e atendidas 83.300.

A assessoria também cobriu o II Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho; Reuniões do Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT); Treinamento sobre o Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) e Reuniões da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista.



Seminário Trabalho Infantil e Reunião do Comitê Gestor do PJe-JT, respectivamente

Boletim
PJe-JT

www | f | t | s

Representantes do comitê gestor nacional do PJe-JT visitam TRT-RJ. *Leia mais*

JT
[CSJT] PJe-JT atualiza e amplia seus mecanismos de ajuda ao usuário. *Leia mais*
[CSJT] Ferramenta de extração de dados melhora o controle de prazos dos magistrados. *Leia mais*
[CSJT] Ação para minimizar possíveis problemas de instabilidade e desempenho do PJe-JT. *Leia mais*
[CSJT] Guia de Infraestrutura e PJeReport são lançados para auxiliar os Regionais. *Leia mais*
[TRT-AM] Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho chega ao município de Lábrea, sul do AM. *Leia mais*
[TRT-RS] TRT-RS inclui mais cinco municípios no cronograma de implantação do PJe-JT. *Leia mais*

Editorial
Aproximação com os TRTs
Primando por uma maior aproximação da Coordenação Nacional com as realidades vivenciadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, além de promoção das reuniões técnicas periódicas com Comitês Regionais, realizadas em Brasília, estão sendo feitas visitas aos tribunais para estabelecer trocas de informações e experiências. Foram visitados os tribunais do Rio de Janeiro, Pernambuco e de Santa Catarina. As visitas foram muito proveitosas para a Coordenação Nacional, que conheceu in loco as realidades dos regionais, e principalmente para aqueles que puderam debater e obter soluções para suas dificuldades. A Coordenação Nacional tem estado atenta às demandas dos regionais.

Atenção
Os Tribunais Regionais do Trabalho (art. 111, § 1º, do inciso IV da Lei Complementar nº 148/362 do PJe-JT).

Nova Versão
PJe-JT apresenta nova versão para homologação nos TRTs.

Reuniões PJe-JT
Será realizada no dia 15/10 a 2ª reunião técnica entre os Comitês Gestores Regionais do PJe-JT e o Comitê Gestor Nacional. O evento terá um espaço para divulgação e discussão de boas práticas na condução do serviço PJe-JT.

31

2ª edição - SET/2014

MANUAL DAS FERRAMENTAS ELETRÔNICAS

5-7403 5-740
3-7253 3-725
3-7253 3-725
2-7193 2-719
2-8516 2-851
2-3392 2-339
2-6396 2-639
32-153 32-15
2-0276 2-027
3-7673 3-767
5-3035 5-303
2-3726 2-372
8-685 8-68
33-104 33-10
14-053 14-05
6-7756 6-775
3-7392 3-739
7-8573 7-857
10-409 10-40
0-4693 0-469
2-8353 2-835
33-247 33-24
8-1575 8-157

CSJT Conselho Superior da Justiça do Trabalho

execução TRABALHISTA

MANUAL DE USO f

CSJT Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Informativos do CSJT

A ASCOM/CSJT elaborou informativos destinados à veiculação de informações sobre os sistemas tecnológicos, mídias sociais e ações do CSJT.

No ano de 2014, foram lançados e enviados por e-mail, para uma lista de 4.000 usuários da JT, os seguintes informativos: Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), Informativo Execução Trabalhista, Manual de Ferramentas Eletrônicas para Execução Trabalhista, Resumo das Atividades da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET) e Manual de Uso da Facebook.

Reestruturação do Facebook

O perfil institucional do CSJT no Facebook foi reestruturado em junho de 2014 e buscou ampliar a participação institucional nesta que tem se revelado a principal e mais acessada mídia social da atualidade. Anteriormente, a frequência de posts era de 50 mil usuários conectados ao perfil.

A assessoria elaborou o “Manual de Uso do Facebook do CSJT” e também foram definidos os “Termos de Uso” da página, contendo orientações aos usuários sobre o tipo de atuação/participação permitida.

A ASCOM/CSJT lançou a campanha “100 coisas que todo trabalhador deve saber” e durante 100 dias foram publicadas dicas diferentes para os empregados e empregadores, sendo abordados assuntos como direitos, deveres, carteira de trabalho e acesso à Justiça Trabalhista.

Em novembro, a página atingiu 150 mil usuários conectados, refletindo uma possível consolidação do CSJT no Facebook, com um aumento médio de aproximadamente 50 mil seguidores a cada trimestre.

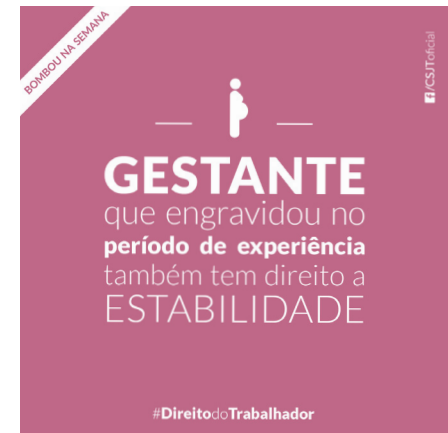
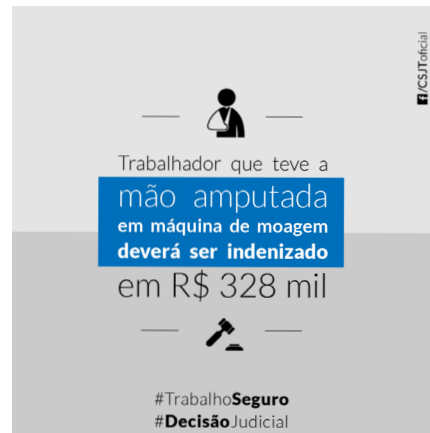


Evolução do número de acessos a partir da reestruturação. Fonte: Facebook.

Foram realizados outros 200 posts, totalizando 300 publicações:

PUBLICAÇÕES	
Quantidade	Assunto das postagens
100	Campanha “100 coisas que todo trabalhador deve saber”
50	Trabalho infantil
42	Trabalho seguro
40	Direitos do trabalhador
23	Posts institucionais e comemorativos
18	Decisões judiciais
16	Direitos e deveres das profissões
11	Execuções trabalhistas
Total 300	

Em adendo, informamos que a ASCOM/CSJT obteve resultados quanto ao número de acessos nas redes sociais: Twitter (13.397) e Youtube (5 vídeos - 53014).



Projetos Gráficos e Diagramação

A ASCOM/CSJT também realizou projetos gráficos e diagramação de banners, cartazes, manuais, documentos, logomarcas, boletins informativos, além de layouts e projetos visuais eletrônicos diversos. As peças, em sua maioria, foram disponibilizadas nos portais administrados pela ASCOM/CSJT, no Facebook, em eventos ou em materiais institucionais para comunicação interna. Foram realizadas as seguintes artes publicitárias:

- Layout do site da 4ª Semana Nacional da Execução Trabalhista.
- Adaptação da identidade visual do site do PJe-JT à logomarca do projeto.
- Identidades visuais e projetos gráficos dos boletins e da newsletter do PJe-JT, Execução Trabalhista, JT em Foco e CSJT em Dia.
- Banners, cartazes e ícones para divulgação no portal e sites administrados pela ASCOM
- Documento “Resumo de atividades da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista”.

Informativo
Execução Trabalhista

N°1
Período: 5 a 23 de maio de 2014

Este Informativo contém resumos das decisões proferidas pelo Tribunal em sede de execução trabalhista. A fidelidade dos resumos ao conteúdo original das decisões, contudo, não garante a exatidão dos dados, sendo possível ser alterada após a sua publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

SUBSEÇÃO ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Competência da Justiça do Trabalho. Execução de contribuição previdenciária. Acordo firmado perante Comissão de Conciliação Prévia. Art. 114, IX, da CF c/c art. 43, § 6º, da Lei nº 8.212/91, compete à Justiça do Trabalho executar de ofício as contribuições previdenciárias decorrentes do termo de conciliação firmado perante Comissão de Conciliação Prévia - CCP. Entende-se, na hipótese, que o dispositivo constitucional que assegura a competência desta Justiça Especializada para processar e julgar "outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho" abarca o termo firmado perante a CCP, por se tratar de título executivo extrajudicial decorrente da relação de trabalho. Ademais, não há falar em incidência do item I da Súmula nº 368 do TST, editado em 2005, por não alcançar a controvérsia trazida nos autos, que remonta à regra vigente a partir de 2009, com a introdução do § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.212/91 pela Lei nº 11.491/2009. Com esse posicionamento, a SBDJ-1, à unanimidade, conheceu dos embargos, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, deu-lhes provimento para reformar o acórdão turmató que declarou a incompetência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições previdenciárias advindas de termo conciliatório firmado perante a CCP. TST-E-RR-41300-56.2009.5.09.0006, SBDJ-1, rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 8.5.2014.

Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. Grupo Hospitalar Conceição. Sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos. Atividade sem fins lucrativos e em ambiente não concorrencial. Regime de execução por precatório. Aplicabilidade do art. 100 da CF. Aplicar-se o regime de execução por precatório, disposto no art. 100 da CF, ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A., integrante do Grupo Hospitalar Conceição, sociedade de economia mista prestadora de ações e serviços de saúde, sem fins comerciais. Conforme o entendimento da Suprema Corte exarado no RE nº 580264, em que reconheceu a representatividade do Hospital Nossa Senhora da Conceição desenvolve atividades que correspondem à própria atuação do Estado, sem finalidade lucrativa, gozando, portanto, de imunidade tributária (art. 150, VI, "a" da CF). Ademais, é apenas formalmente uma sociedade de economia mista, pois seu capital social é majoritariamente estatal e encontra-se vinculado ao Ministério da Saúde com prestação de serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Com esse entendimento, a SBDJ-1, por unanimidade, conheceu dos embargos por divergência jurisprudencial e, no mérito, deu-lhes provimento para reformando a decisão recorrida, restabelecer o acórdão do Tribunal Regional, o qual determinou que a execução seja processada pelo regime de precatório, na forma do art. 100 da CF. TST-E-RR-83500-26.2007.5.04.0007, SBDJ-1, rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 8.5.2014.

Informativo Execução Trabalhista é uma iniciativa da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista. Informação: Superintendente, (01) 0464.1736, ascom@csjt.org.br

JT
EM FOCO
NEWSLETTER

CSJT Comissão Superior da Justiça do Trabalho

TRABALHO SEGURO

CSJT realiza encontro para definir planejamento estratégico da Justiça do Trabalho
O evento definiu indicadores e metas que orientarão a gestão institucional da Justiça do Trabalho para os anos de 2015 a 2020. Leia mais.

Especial Trabalho Seguro - ações do TRT-MG alcançam a prevenção por meio da informação
O Regional busca cumprir as metas estabelecidas pelo Programa Trabalho Seguro com ações educativas. Leia mais.

Trabalhador rural dá foco do Programa Trabalho Seguro
A atividade rural é desenvolvida por cerca de quatro milhões de trabalhadores assalariados. Leia mais.

Seminário debate prevenção de acidentes de trabalho na construção civil
Ação foi realizada por meio do Seminário do Dia Nacional de Prevenção Contra Acidentes no Trabalho. Leia mais.

Presidente do CSJT e do TST explica alterações recursais na JT
A Justiça do Trabalho passará a ter nova sistemática recursal com a Lei 13.015/2014. Leia mais.

Assessoria do Trabalho - MG recebe Ato Público pelo Trabalho Seguro.
Leia mais.

Gestora nacional do Programa Trabalho Seguro participa de encontro no TRT-SC.
Leia mais.

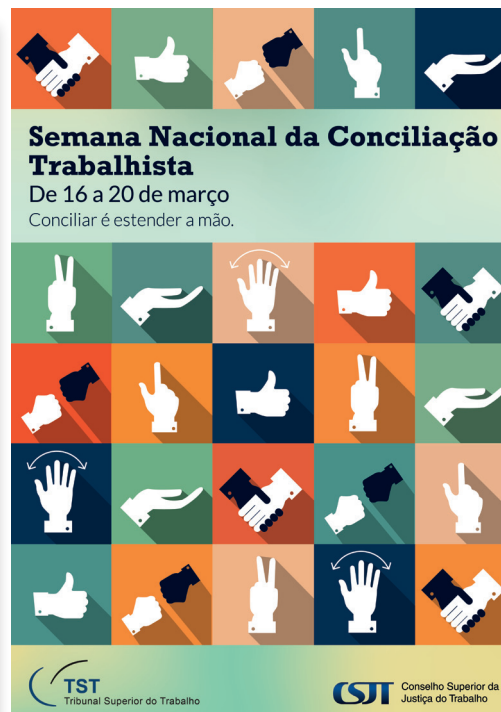
TRABALHO INFANTIL

Ouvیدی itinerante do TRT-MA debaterá Trabalho Infantil em Imperatriz.
Leia mais.

Bahia: Jovens recebem premiação por redações sobre trabalho infantil.
Leia mais.

Equipe
Secretaria-Celso Adiel Schiesser
Coordenadora-Constância Milena Fernandes
Projeto-Celso, Míger Faria
Projeto-Deby Jardim | Marjorie Coelho
Luiza Torres | Jéssica Ferreira
Diagramação-Míger Faria

Edição n°01 | 12/08/2014



- “Manual das Ferramentas Eletrônicas” (Execução Trabalhista).
- Manual “Inserção de conteúdos de segurança e saúde no trabalho no Ensino Básico” (Trabalho Seguro).
- Materiais promocionais – cartaz/banner, crachá e programação – e de divulgação do II Simpósio de Gestão Documental da Justiça do Trabalho.
- Material de divulgação da segunda fase do Programa de Treinamento do SIGEST.
- Logo do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho (SIGEO) e “Manual do Usuário”.
- Materiais gráficos (cartaz, banner para internet, banner físico e peças para Facebook) da 3ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista.
- “Relatório de Atividades do CSJT - 2014”

ACESSE OS MATERIAIS DA CAMPANHA A PREVENÇÃO É O MELHOR CAMINHO



Para o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Programa Trabalho Seguro - foi realizada campanha publicitária nos meses de novembro e dezembro, elaborada pela Secretaria de Comunicação Social do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em parceria, cujo tema foi “Prevenção é o melhor caminho”, tendo como ideia central que acidentes não podem fazer parte da rotina nem acontecem por acaso, e sim por descaso. A campanha foi composta por 4 anúncios para TV, spot de rádio, cartazes e banners eletrônicos para veiculação interna e no Portal do CSJT e no site dos órgãos parceiros tanto no Facebook quanto no Twitter. A campanha contou com o apoio dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho.

Foi assinado o termo de adesão da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT) ao programa.

 /CSJToicial

Não deixe que um acidente faça parte da sua rotina de trabalho

A prevenção é o melhor caminho

 **TRABALHO SEGURO**
Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

 **CSJT** Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Participações em Eventos e Programas

• ENCONTRO DE COMUNICAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Realizado em agosto, foi destinado à distribuição do “Manual de Uso do Facebook do CSJT” contendo as regras e as orientações para a atuação na mídia social. O manual também foi disponibilizado posteriormente para a sociedade em versão online.



Regras Gerais

Para que o processo de reformulação obtivesse tal sucesso, algumas premissas básicas foram seguidas para se evitar problemas e quaisquer equívocos que possam desencadear transtornos para a instituição:

- Todos os textos deverão passar por um revisor de Língua Portuguesa;
- Logomarcas de empresas/órgãos NÃO deverão ser utilizadas sem autorização, com exceção de conteúdo veiculado pela empresa/órgão, com a devida citação da fonte/crédito;
- As fotos e as imagens só poderão ser utilizadas se estiverem em um banco de imagens público, ou se forem de algum outro órgão de governo ou ainda se tiverem a licença para uso liberado (*creative commons*, por exemplo). O crédito ao autor da foto/imagem **sempre** deverá citado. Os créditos poderão integrar os dados da imagem ou ainda podem estar no texto de publicação; e
- Os termos de uso (anexo 1) das redes sociais devem ser disponibilizados na *fanpage* do Facebook.



Anexo Termos de Uso

Todo usuário é responsável pelo que publica, seja por comentários, por mensagens em inbox ou publicação na linha do tempo do CSJT.

São proibidas publicações de:

- Comentários com linguagem ofensiva;
- Comentários que façam apologia ao uso de drogas ilícitas, discursos de ódio ou que incitem qualquer tipo de crime;
- Uso de palavras de baixo calão;
- Fotos e/ou vídeos com conteúdo impróprio para menores;
- Comentários, links e textos que não tenham relação com o conteúdo da publicação do CSJT; e
- Comentários que ofendam outros internautas.

O usuário que publicar conteúdo em discordância com o descrito acima poderá ter seu comentário ocultado e, em caso de reincidência, poderá ser bloqueado e excluído deste ambiente de forma temporária ou definitiva. Os gestores da página do CSJT no Facebook reservam o direito de tomar qualquer atitude sem aviso prévio ao usuário.

• PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CSJT 2015-2020

O evento foi destinado à elaboração dos indicadores e metas da ASCOM/CSJT para o Planejamento Estratégico do CSJT com vigência no período de 2015 a 2020 cujo objetivo é nortear as iniciativas da assessoria durante a vigência do plano.

Por meio da Resolução nº 146 publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, foram estabelecidos os seguintes objetivos, indicadores e metas:

- **Objetivo:** Promover a melhoria contínua dos processos de trabalho – Implica em aprimorar os processos de trabalho a fim de atingir maior eficiência na sua execução e efetividade nos resultados alcançados, estimulando novas soluções na prestação dos serviços.

- **Indicador 8:** Índice de Alinhamento da Comunicação (IAC) - designa a quantidade de produtos e serviços de comunicação alinhados às necessidades dos TRTs

- **Objetivo:** Fortalecer os processos de supervisão e controle à governança - Consolidar os mecanismos de avaliação, direcionamento e monitoramento da atuação da gestão da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

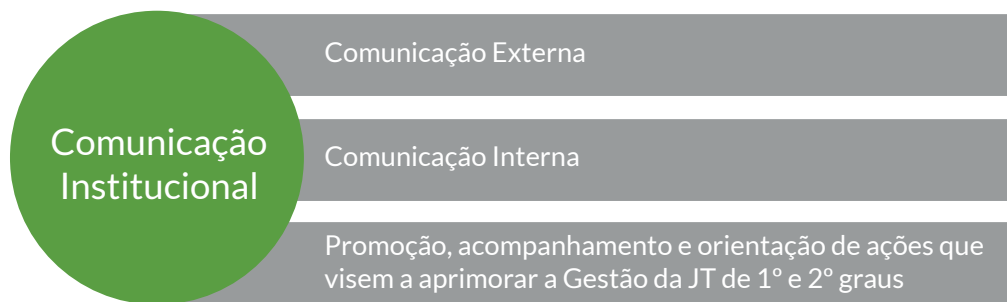
- **Indicador 12:** Índice de Conteúdo Replicado Uniformizado (ICRU) – que designa os produtos de comunicação fornecidos pela ASCOM/CSJT e copiados pelos TRTs nas mídias.

• MACROPROCESSO FINALÍSTICO 6 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O programa atendeu ao disposto nas Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União DN nº 127/2013, alterada pela DN nº 129/2013 e DN nº 134/2013 e no Ato nº 337/2014 do CSJT que definiu a cadeia de valor e macroprocessos do Conselho.

A atividade decorreu da necessidade de elaborar a cadeia de valor do CSJT, de forma a identificar as principais demandas finalísticas, seus respectivos processamentos, os produtos disponibilizados e seus clientes.

No que se refere à ASCOM/CSJT, o mapeamento resultou no esquema, a seguir, destinado à divulgar, para os públicos interno e externo, por meio de diferentes canais de comunicação, decisões, informações e serviços prestados pelo CSJT e pela JT de 1º e 2º graus.



PROCESSO	RESULTADO	CLIENTES	NECESSIDADES
Comunicação Externa	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de conteúdo sobre o CSJT e a JT de 1º e 2º graus; • Divulgação de imagem da Justiça acessível e integrada; • Transparência; • Construção e fortalecimento do relacionamento com a sociedade; • Alinhamento das ações de comunicação entre o CSJT e da JT de 1º e 2º graus; • Acesso facilitado às informações da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade; • JT de 1º e 2º graus; • Demais Órgãos Externos; • TST 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e atualizar as mídias utilizadas pela Comunicação do CSJT; • Desenvolver meios para acesso e interatividade da sociedade com o CSJT e a JT de 1º e 2º graus; • Desenvolver as campanhas de importância para o CSJT; • Divulgar as decisões judiciais e administrativas relevantes do CSJT e da JT de 1º e 2º graus; • Manter Interlocução com órgãos externos; • Atender aos dispositivos legais relativos à transparência institucional; • Formular diretrizes para as ações de comunicação da JT de 1º e 2º graus; • Supervisionar administrativamente as áreas de comunicação da JT de 1º e 2º graus.
Comunicação Interna	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de atividades de interesse do CSJT; • Melhoria da comunicação entre as unidades administrativas do CSJT. 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades Administrativas do CSJT; • Conselheiros do CSJT 	Integrar as ações das unidades administrativas do CSJT por meio das mídias utilizadas pela Comunicação.
Promoção, acompanhamento e orientação de ações que visem a aprimorar a Gestão da JT de 1º e 2º graus	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de cargos e varas do trabalho; • Suplementação do orçamento da JT; • Alteração de leis relacionadas à JT; • Alteração na estrutura do CSJT e da JT. 	<ul style="list-style-type: none"> • CSJT; • JT de 1º e 2º graus; • TST 	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar e promover, junto ao Congresso Nacional, a aprovação de projetos de lei de criação de cargos, funções na JT de 1º e 2º graus; • Acompanhar e promover, junto ao Congresso Nacional, a aprovação de Projetos de lei de criação de Varas do Trabalho; • Acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a aprovação de projetos de lei de suplementação orçamentária para a JT de 1º e 2º graus.

Relacionamento com a Sociedade

• OUVIDORIA DO CSJT

Foi disponibilizado e-mail institucional como canal de comunicação com o público interno e externo, para responder as consultas, dúvidas, reclamações, denúncias e pedido de informações.

O CSJT utilizou a estrutura organizacional da unidade de Ouvidoria do TST, no que se refere à análise de sugestões, críticas, reclamações, pedidos de informação ou denúncias alusivas à atuação institucional e aos serviços prestados à sociedade pelo Conselho.

Impende registrar que os questionamentos a respeito de leis, projetos e anteprojetos de lei foram os temas mais recorrentes nas ocorrências realizadas em 2014. Das 701 manifestações registradas ocorreu um número significativo de ocorrências sobre a Central Nacional de Atendimento, que responde via telefone dúvidas e solicitações sobre os sistemas nacionais da Justiça do Trabalho, como o sistema de Peticionamento Eletrônico (e-DOC), Malote Digital, Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



Assessoria de Relações Institucionais



ATRIBUIÇÃO DOS ASSESSORES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO DA 1ª, 2ª, 5ª, 8ª E 15ª REGIÕES, QUE PRESTAM SERVIÇO NA ASRI:

- Acompanhar sessões de comissões e dos plenários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional.
- Acompanhar as reuniões de negociações do TST com entidades cujos interesses se manifestem contraditórios com os do Tribunal.
- Identificar novas proposições legislativas com repercussão para a Justiça do Trabalho.
- Acompanhar os projetos de créditos adicionais ao orçamento e atuar de forma a promover a aprovação da matéria.
- Acompanhar e atuar na suplementação do orçamento anual da União destinado ao CSJT e aos Regionais, por meio de emendas.



ATRIBUIÇÃO DOS ASSESSORES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO DA 1ª, 2ª, 5ª, 8ª E 15ª REGIÕES, QUE PRESTAM SERVIÇO NA ASRI:

- Acompanhar sessões de comissões e dos plenários da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional.
- Acompanhar as reuniões de negociações do TST com entidades cujos interesses se manifestem contraditórios com os do Tribunal.
- Identificar novas proposições legislativas com repercussão para a Justiça do Trabalho.
- Acompanhar os projetos de créditos adicionais ao orçamento e atuar de forma a promover a aprovação da matéria.
- Acompanhar e atuar na suplementação do orçamento anual da União destinado ao CSJT e aos Regionais, por meio de emendas.

Tendo em vista a natureza das atividades da ASRI, as atividades variam conforme as demandas externas (Câmara, Senado e Órgãos e autoridades do Governo Federal), conforme exemplos de pauta abaixo:

Local	Pauta
CCJC Plenário 1	22 – PLP 549/09: Altera a LRF para dispor sobre limites às despesas com pessoal e encargos sociais da União e com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da Administração Pública.
CCJ Plenário 3	10 – PLC 63/13: Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, alterando a CLT, e dá outras providências.
GP/TST	Ministro Antonio José de Barros Levenhagen recebe em audiência o Presidente do TRT da 5ª Região, Des. Valtércio Ronaldo de Oliveira.
GP/TST	Ministro Antonio José de Barros Levenhagen recebe em audiência o Presidente do TRT da 11ª Região, Des. David Alves de Mello Júnior.

Projetos de Lei sobre Criação de Cargos

Treze projetos de lei de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, sobre criação de cargos, tramitaram no Congresso Nacional, durante o ano de 2014. Quatro foram transformados em lei ao longo do ano, oito foram protocolados nos meses de julho e agosto e um está prejudicado, motivo pelo qual a ASRI está trabalhando para que seja arquivado.

Projetos transformados em lei			
Órgão	Projeto de Lei	Quantitativo de Cargos Efetivos	Aprovações
12ª Região SC	PLC 107/2013 (PL 4224/2012)	23 cargos de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação; 4 cargos de Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.	Aprovado na CCJ/Senado em 19/02/2014 Aprovado no plenário do Senado em 25/02/2014 Transformado na Lei nº 12.957, de 19/03/2014
20ª Região SE	PLC 108/2013 (PL 4268/2012)	07 cargos de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação; 08 cargos de Técnico Judiciário - Área de Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.	Aprovado no plenário do Senado em 25/02/2014 Transformado na Lei nº 12.958, de 19/03/2014
24ª Região MS	PLC 96/2013 (PL 4222/2012)	08 cargos de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.	Aprovado na CCJ/Senado em 19/02/2014 Aprovado no plenário do Senado em 18/03/2014 Transformado na Lei nº 12.963, de 09/04/2014
16ª Região MA	PLC 78/2013 (PL 4221/2012)	17 cargos de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.	Aprovado na CCJ/Senado em 21/05/2014 Aprovado no plenário do Senado em 05/06/2014 Transformado na Lei nº 13.009, de 26/06/2014

Órgão	Projetos de Lei	Quantitativo de Cargos Efetivos	Quantitativo de cargo em comissão e função	Tramitação
3ª Região (MG)	7906/14	21 cargos de Juiz do Trabalho Substituto	--	CTASP
5ª Região (BA)	7907/14	49 Cargos de Analista Judiciário -Especialidade Tecnologia da Informação	--	CTASP
10ª Região (DF/TO)	7908/14	Total 8 cargos de Analista Judiciário: 2 Área apoio especializado - médico do trabalho; 2 Área apoio especializado - médico psiquiatra; 2 Área apoio especializado - fisioterapia; 1 Área apoio especializado - serviço social; 1 Área apoio especializado - enfermagem	-	CTASP
10ª Região (DF/TO)	7927/14	45 cargos de Analista Judiciário - Área apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	-	CTASP
18ª Região (Go)	7909/14	128 cargos de Analista Judiciário:90 Área Judiciária; 33 Área Administrativa;1 Especialidade Engenharia; 1 Engenharia Elétrica; 1 Especialidade Engenharia (segurança do trabalho); 1 Especialidade Arquitetura; 1 Medicina do Trabalho; 40 cargos de Técnico Judiciário; 31 Área Administrativa; 9 Especialidade Enfermagem	18 CJ'sCJ-1: 4CJ-3: 1475 FC's FC-6: 4FC-5: 9FC-4: 28FC-3: 15FC-2: 19	CTASP

Situação

03/09/14: Designado Relator na CTASP: Dep. Luiz Fernando Faria (PP-MG).
05/11/14: Aprovado, por unanimidade, o parecer na CTASP. Após, imediatamente a ASRI articulou o encaminhamento do projeto à Comissão de Finanças e Tributação – CFT e contactou o Deputado Aelton Freitas para avaliar seu interesse em solicitar a relatoria. O projeto foi recebido na CFT no mesmo dia.
11/11/14: Designar relator, Deputado Aelton Freitas.
A Assessoria encaminhou ofício do Presidente sobre o impacto financeiro à Comissão e forneceu subsídios ao relator para elaboração do parecer na CTASP.
19/11/14: Apresentado parecer do relator na Comissão, a ASRI iniciou suas articulações para que a matéria fosse pautada.
26/11/14: A CFT aprovou o parecer do relator.
Após, a ASRI contactou o Deputado Lincoln Portela (PR/MG) para verificar seu interesse em solicitar a relatoria do projeto na CCJC.
02/12/14: Designado Relator na CCJ, o Deputado Lincoln Portela (PR/MG).

02/09/14: Aguarda designação de relator na CTASP
15/10/14: Durante o prazo para emendas, a Assessoria forneceu subsídios ao relator, para elaboração do parecer na CTASP.
05/11/14: Encerrado o prazo, a ASRI entrou em contato com o relator, para esclarecer eventuais dúvidas.
12/11/14: Apresentado parecer do relator.
19/11/14: O Presidente do CSJT, Ministro Barros Levenhagen, visitou a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e solicitou uma célere aprovação dos projetos de criação de cargos de autoria do Tribunal Superior do Trabalho. A matéria foi pautada, mas não foi votada por falta de quórum.

03/09/14: Aguarda designação de relator na CTASP
15/10/14: Durante o prazo para emendas, a Assessoria forneceu subsídios ao relator para elaboração do parecer na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – (CTASP).
05/11/14: Encerrado o prazo, a ASRI entrou em contato com o relator para esclarecer eventuais dúvidas.
13/11/14: O relator da matéria, Deputado Policarpo (PT/DF), apresentou parecer pela aprovação da matéria.
19/11/14: O Presidente do CSJT, Ministro Barros Levenhagen, visitou a CTASP e solicitou uma célere aprovação dos projetos de criação de cargos de autoria do Tribunal Superior do Trabalho. A matéria foi pautada, mas não foi votada, por falta de quórum.
27/11/14: A ASRI recebeu e-mail do assessor parlamentar do TRT10, Dr. Roberto Rabello, encaminhando o Ofício enviado ao Presidente do CSJT, Ministro Barros Levenhagen, solicitando apoio na inclusão do projeto no anexo V, do Orçamento de 2015.
01/12/14: A Aspar recebeu e-mail do assessor parlamentar do TRT10, Dr. Roberto Rabello, informando que a inclusão do projeto no orçamento de 2015 deve ser feito através de uma emenda ao item 18, acrescentando um inciso.

03/09/2014: Aguarda designação de relator na CTASP
15/10/14: Durante o prazo para emendas, a Assessoria forneceu subsídios ao relator para elaboração do parecer na CTASP.
05/11/14: Encerrado o prazo, a ASRI entrou em contato com o relator para esclarecer eventuais dúvidas.
13/11/14: O relator da matéria, Deputado Policarpo (PT/DF), apresentou parecer pela aprovação da matéria.
19/11/14: O Presidente do CSJT, Ministro Barros Levenhagen, visitou a CTASP e solicitou uma célere aprovação dos projetos de criação de cargos de autoria do Tribunal Superior do Trabalho. A matéria foi pautada, mas não foi votada por falta de quórum.
27/11/2014: A ASRI recebeu e-mail do assessor parlamentar do TRT10, Dr. Roberto Rabello, encaminhando o Ofício enviado ao Presidente do CSJT, Ministro Barros Levenhagen, solicitando apoio na inclusão do projeto no anexo V, do Orçamento de 2015.
01/12/2014: A ASRI recebeu e-mail do assessor parlamentar do TRT10, Dr. Roberto Rabello, informando que a inclusão do projeto no orçamento de 2015 deve ser feito através de uma emenda ao item 18, acrescentando um inciso.

1º/09/2014: Despacho determinando o apensamento ao PL 7573/2014.

Órgão	Projetos de Lei	Quantitativo de Cargos Efetivos	Quantitativo de cargo em comissão e função	Tramitação
18ª Região (Go)	7573/14	21 cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação. 9 cargos de Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.	12 FC's FC-5: 03 FC-4: 03 FC-03: 06	CTASP
19ª Região (AL)	7910/14	12 cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.	2 CJ's CJ-3: 01 CJ-2: 01	CTASP
Todos os TRTs	1868/11	TRANSFORMA 743 CARGOS DE AUXILIAR JUDICIÁRIO EM: 109 de Analista Judiciário 191 de Técnico Judiciário Total de cargos transformados: 300	-	CFT



Situação

28/05/14: Designado relator o Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO).

1º/09/2014: Apensado ao PL 7909/2014

23/09/2014: O relator apresentou substitutivo pela aprovação das duas matérias. Aberto prazo para emendas ao substitutivo: 5 sessões ordinárias a partir de 25/09.

A Assessoria forneceu subsídios ao relator, para elaboração do parecer na CTASP.

05/11/14: Os projetos foram aprovados pela CTASP, por unanimidade.

06/11/2014: A Presidente do TRT18, Dra. Elza Cândida da Silveira, visitou o gabinete do Deputado Mário Feitoza, Presidente da CFT. O Deputado se comprometeu a avocar a relatoria das propostas. Os projetos foram recebidos pela CFT nesta data e o referido parlamentar foi designado relator.

14/11/2014: A Presidente do TRT18, Dra. Elza Cândida da Silveira, visitou, novamente, o Presidente da CFT, acompanhado do Diretor-Geral do Regional, Dr. Ricardo Lucena, e da ASRI. A Assessoria subsidiou o relator na elaboração do parecer, com a aprovação do TRT.

02/09/2014: Aguarda designação de relator na CTASP

A Assessoria forneceu subsídios ao relator, Deputado Laercio Oliveira (SD/SE), para elaboração do parecer na CTASP.

05/11/14: Encerrado o prazo para emendas, a ASRI entrou em contato com o relator para esclarecer eventuais dúvidas.

13/11/14: O relator da matéria apresentou parecer pela aprovação.

19/11/14: O Presidente do CSJT, Ministro Barros Levenhagen, visitou a CTASP e solicitou uma célere aprovação dos projetos de criação de cargos de autoria do Tribunal Superior do Trabalho. A matéria foi pautada, mas não foi votada por falta de quórum.

CTASP: Aprovado em 16/5/2012, o relatório do Dep. Roberto Santiago (PSD-SP).

CFT:

06/06/12: Designado Relator Deputado Cláudio Puty (PT-PA)

20/06/12: Encerrado o prazo, não foram apresentadas emendas.

08/09/2014: Recebido o Ofício CSJT.GP.SG.CGPES nº 120/2014 que requer a retirada do PL 1.868/2011.

09/09/2014: Despacho determinando a submissão do requerimento de retirada ao Plenário

Item XVI da pauta do Plenário da Câmara dos dias 03 a 07/11

Item XVIII da pauta do Plenário da Câmara dos dias 10 a 14/11

Item XXIII da pauta do Plenário da Câmara dos dias 17 a 21/11

Item XXIII da pauta do Plenário da Câmara dos dias 24 a 28

26/11/2014: Com a autorização do CSJT, a ASRI contactou o Relator do projeto na Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Manoel Junior, e externou a posição do CSJT pela rejeição da matéria com as devidas explicações. O Deputado entendeu as justificativas e afirmou que apresentaria seu parecer o mais breve possível, em conformidade com a minuta de parecer que lhe foi entregue pela ASRI.

Projetos de Lei Prioritários

A ASRI monitora os projetos de lei encaminhados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Congresso Nacional, por determinação do Presidente do CSJT e do TST ou aprovação pelo Órgão Especial, realizando as intervenções de caráter político e regimental necessárias para uma célere tramitação das matérias.

Dentre as 161 proposições legislativas de alteração legislativa acompanhadas pela ASRI, por sua pertinência com a Justiça do Trabalho, o Presidente do CSJT e do TST destacou como prioritária no início de seu mandato a PEC 32/2010:

• PEC 32/2010 – INSERE O TST ENTRE OS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

Ainda em 2010, durante uma conversa com o Senador Valter Pereira, o Ministro Levenhagen ressaltou ao Parlamentar que o art. 92, não prevê, de forma explícita, o TST como órgão da estrutura do Poder Judiciário.

Sendo assim, o então Senador Valter Pereira apresentou, em 07/12/2010, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2010.

O Presidente, Antonio José de Barros Levenhagen, ressalta que o TST guarda, na prática e no exercício de suas funções institucionais, grande similaridade com o STJ, sendo que este recebeu expressa identificação no artigo supracitado.

A matéria consta da pauta do Senado Federal, pronta para votação, em primeiro turno, desde o dia 10/09/2013.

Desde que assumiu a Presidência do CSJT e do TST, em 26/02/2014, o Ministro Barros Levenhagen tem defendido a aprovação da PEC 32/2010 perante os senadores.

Os Desembargadores que integram o COLEPRECOR também manifestaram seu apoio junto ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros.

A ASRI, com a autorização do Presidente, trabalhou nos últimos meses para colher a assinatura de todos os líderes partidários do Senado Federal em um requerimento para a aprovação de “Calendário Especial” a fim de dar maior celeridade à tramitação da matéria.

Em 23/07, após um intenso trabalho da ASRI com as lideranças, o requerimento foi protocolado e aguarda deliberação em Plenário.

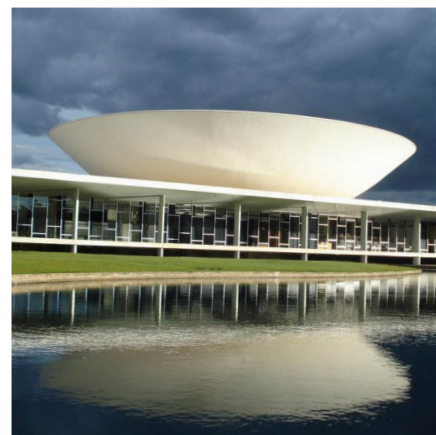


Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), Presidente do Coleprecor à época, Desembargador Ilson Alves Pequeno Junior, e Desembargadores Doralice Novaes, Severino Rodrigues dos Santos e José Rêgo Jr, presidentes dos TRTs da 2ª, 19ª e 21ª Regiões, respectivamente.

Notícias Legislativas

Para o público interessado nas matérias relativas à Justiça do Trabalho que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do CSJT disponibilizam, diariamente, notícias no Portal do TST e do CSJT, nos respectivos links denominados “Notícias do Legislativo”.

No ano de 2014, até o dia 12 de dezembro, foram disponibilizadas 179 notícias.



Eventos

• AUDIÊNCIAS DO PRESIDENTE NO TST/CSJT

O Presidente do TST e CSJT atendeu todos os pedidos de audiência por parte de parlamentares. Quando solicitada, a Assessoria acompanha parlamentares em audiência com demais Ministros da Corte.

PARTICIPANTE	ASSUNTO
Deputado Vicente Cândido (Presidente da CCJ)	Projetos de Lei da Justiça do Trabalho
Deputado Valtenir Pereira	Orçamento
Deputado Márcio Junqueira e 2 advogados	Processo
Desembargador Carlos Alberto Araújo Drumond (Presidente do TRT da 1ª Região) e Desembargador César Marques Carvalho Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho Dr. Lindolfo Neto de Oliviera Sales (Presidente do INSS)	
Desembargadores do TRT da 2ª Região: Rosa Maria Zuccaro (Vice-Pres. Administrativa), Wilson Fernandes (Vice-Pres. Judicial), Beatriz de Lima Pereira (Corregedora Regional).	Entrega de convite para a posse da nova direção do TRT da 2ª Região



Min. Barros Levenhagen com o Dep. Vicente Cândido (esquerda) e com os Membros da Comissão do Trabalho, da Administração e Serviço Público em reunião na Câmara dos Deputados(direita)



Audiências Externas

A ASRI, sempre que as negociações políticas exigiram, ou por solicitação dos Magistrados, intercedeu para que fossem realizadas audiências de autoridades diversas com o Presidente do CSJT e do TST, Conselheiros, Desembargadores, Juízes Trabalhistas e Juízes Auxiliares da Presidência, para prestar os esclarecimentos necessários referentes às alterações legislativas propostas, principalmente aquelas que visam ao aprimoramento da prestação jurisdicional, da melhoria na estrutura da Justiça do Trabalho e à suplementação orçamentária.

PRESIDENTE	
PARTICIPANTE	LOCAL
Ministro Luís Inácio Lucena Adams (Ministro da AGU)	AGU
Vice-Presidente da República, Michel Temer	Vice-Presidência da República
Deputado Henrique Eduardo Alves (Presidente da Câmara dos Deputados)	Câmara dos Deputados
Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo	Ministério da Justiça
Senador Romero Jucá	Senado Federal
Senador Eduardo Braga	Senado Federal
Com os Deputados: - Mário Feitoza (Presidente da CFT) - André Moura (Relator do PL)	Câmara dos Deputados
Senador Aloysio Nunes Ferreira	Senado
Senador Humberto Costa	Senado
Deputado Vicentinho (Líder do PT)	Câmara dos Deputados
Senador Romero Jucá Participaram também: Representantes da FIESP, AMBEV, SOUZA CRUZ E CNI	Senado
Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente do STF)	STF
Senador Eduardo Braga	Senado
Membros da Comissão do Trabalho, da Administração e Serviço Público, Deputados: - Luiz Fernando Faria (Presidente da CTASP) - Roberto Santiago - Sandro Mabel - Daniel Almeida - Silvío Costa - Policarpo - Gorete Pereira - Assis Melo	Câmara dos Deputados

PARTICIPANTE		LOCAL
Desembargador Edson Mendes de Oliveira (Presidente do TRT da 12ª Região)	Senador Luiz Henrique	Senado
Desembargador Jorge Antônio Andrade Cardoso (TRT da 20ª Região)	Senador Antônio Carlos Valadares	Senado
Ministro Emmanoel Pereira	Deputado Henrique Eduardo Alves (Presidente da Câmara dos Deputados)	Câmara dos Deputados
Desembargador Douglas Alencar Rodrigues	Com os Senadores: - José Pimentel - Romero Jucá	Senado
Desembargador Douglas Alencar Rodrigues	Com os Senadores: (individualmente) - Pedro Taques - Mozarildo Cavalcanti - Antônio Carlos Valadares - Eduardo Suplicy	Senado
Desembargador Ilson Alves Pequeno Júnior (Presidente do TRT da 14ª Região e do Colepregor)	Ministro Emmanoel Pereira	TST
Desembargador Ilson Alves Pequeno Júnior (Presidente do TRT da 14ª Região e do Colepregor)	Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho	TST
Desembargador Douglas Alencar Rodrigues	Senador Luiz Henrique	Senado
Desembargador Douglas Alencar Rodrigues	Senador Cássio Cunha Lima	Senado
Desembargador Manoel Edilson Cardoso (TRT da 22ª Região)	Senador José Pimentel	Senado
Desembargador Douglas Alencar Rodrigues	Com os Senadores: (individualmente) - Eduardo Amorim - Eduardo Braga - Wellington Dias Com o Deputado André Moura	Senado
Desembargador Douglas Alencar Rodrigues	Ministro dos Transportes, César Borges	Ministério
	Senador Rodrigo Rollemberg	Senado
	Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão	Ministério
Desembargador Douglas Alencar Rodrigues	Presidente da Câmara dos Deputados, Dep. Henrique Eduardo Alves	Câmara
Desembargador Douglas Alencar Rodrigues	Senador Romero Jucá	Senado
Desembargador Douglas Alencar Rodrigues	Michel Temer (Vice-Presidente da República)	Vice-Presidência
Desembargador Douglas Alencar Rodrigues	José Eduardo Cardozo (Ministro de Estado da Justiça)	Ministério da Justiça

PARTICIPANTE		LOCAL
Dr. Renan Ravel Rodrigues Fagundes (Juiz Auxiliar da Presidência do CSJT e do TST)	Consultoria da Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados
Dr. Renan Ravel Rodrigues Fagundes e Dra. Adriana Campos de Souza Freire Pimenta (Juízes Auxiliares da Presidência do TST)	Dr. Victor Marcel (Assessor Jurídico do Senador Pedro Taques)	Senado
Dr. Renan Ravel Rodrigues Fagundes e Dra. Adriana Campos de Souza Freire Pimenta (Juízes Auxiliares da Presidência do CSJT e do TST)	Assessoria da Senadora Ana Amélia	Senado
Desembargador Jorge Antônio Cardoso, do TRT 20ª Região	Senador Eduardo Amorim Senadora Maria do Carmo Alves	Senado
Desembargador Jorge Antônio Cardoso, do TRT 20ª Região	Deputado André Moura	Câmara dos Deputados
Desembargadora Elza Cândida da Silveira (Presidente do TRT da 18ª Região)	Com os Senadores: - Aníbal Diniz - Jorge Viana - Jayme Campos - Eduardo Suplicy - Pedro Simon - Lúcia Vânia - Pedro Taques - José Pimentel - Valdir Raupp - Gleisi Hoffmann - Humberto Costa - Ana Rita - Ana Amélia - Inácio Arruda - Acir Gurgacz - Antonio Carlos Valadares - Randolfe Rodrigues	Senado
Desembargador David Alves de Mello Júnior (Presidente do TRT da 11ª Região)	Com os Senadores: - Alfredo Nascimento - Eduardo Braga - Vanessa Grazziotin	Senado
Desembargadora Odete de Almeida Alves (Presidente do TRT da 8ª Região)	Com os Deputados: - Nilson Pinto - Geovani Queiroz Com o Senador Flexa Ribeiro	Câmara dos Deputados
Desembargador Edson Mendes de Oliveira (Presidente do TRT da 12ª Região)	Deputado Décio Lima	Câmara dos Deputados
Desembargador Ilson Alves Pequeno Júnior (Presidente do TRT da 14ª Região e Presidente do Colepregor)	Senador Valdir Raupp	Senado
Desembargador Ilson Alves Pequeno Júnior (Presidente do TRT da 14ª Região e Presidente do Colepregor)	Desembargador Carlos Alberto Araújo Drumond (Presidente do TRT da 1ª Região) e Desembargador César Marques Carvalho Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho Dr. Lindolfo Neto de Oliveira Sales (Presidente do INSS)	TST



PARTICIPANTE		LOCAL
Desembargadora Maria Helena Mallmann (TRT da 4ª Região)	Com os Senadores: - Ana Amélia - Ana Rita - Paulo Paim	Senado
Desembargadora Maria Helena Mallmann (TRT da 4ª Região)	Senador Pedro Simon	Senado
Desembargadores Presidentes de TRTs: Valtércio Ronaldo de Oliveira (5ª Região), Ivanildo da Cunha Andrade (6ª Região), Elza Cândida da Silveira (18ª Região) e Edson Bueno de Souza (23ª Região)	Com os Senadores: - Walter Pinheiro - Jarbas Vasconcelos - Douglas Cintra - João Durval - Jayme Campos - Blairo Maggi - Humberto Costa - Cyro Miranda - Gleisi Hoffmann	Senado
Vice Presidente do CSJT e Ministro do TST Ives Gandra da Silva Martins Filho	Desembargadores do TRT da 2ª Região: Rosa Maria Zuccaro (Vice-Pres. Administrativa), Wilson Fernandes (Vice-Pres. Judicial), Beatriz de Lima Pereira (Corregedora Regional).	TST
Ministro Conselheiro - Luiz Philippe Vieira de Mello Filho	Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira (Presidente do TRT da 5ª Região)	TST
Com os Ministros Conselheiros do CSJT: - Antonio José de Barros Levenhagen - Ives Gandra da Silva Martins Filho	Desembargador Flávio Allegretti de Campos Cooper (Presidente do TRT da 15ª Região) e Desembargador Lorival Ferreira dos Santos (Presidente eleito do TRT da 15ª Região)	Com os Ministros Conselheiros do CSJT: - Antonio José de Barros Levenhagen - Ives Gandra da Silva Martins Filho - Luiz Philippe Vieira de Mello Filho
Desembargador Ilson Alves Pequeno Júnior (Presidente do TRT da 14ª Região e Presidente do Coleprecior)	Desembargador Carlos Alberto Araújo Drumond (Presidente do TRT da 1ª Região) e Desembargador César Marques Carvalho Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho Dr. Lindolfo Neto de Oliviera Sales (Presidente do INSS)	TST

Audiências Públicas



• 02/04/2014 - MINISTRA DELAÍDE PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil, realizou, no dia 02/04, Audiência Pública para discutir o tema: “Trabalho Infantil Doméstico: o desafio de superar a invisibilidade”.

Na oportunidade, a Ministra Delaíde ressaltou, também, a manutenção, pelo Tribunal Superior do Trabalho, da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil, sob a coordenação do Ministro Lélío Bentes Corrêa e composta pela Ministra Kátia Magalhães Arruda e diversos representantes de Tribunais Regionais do Trabalho.